

CAPÍTULO X

Etapas de desenvolvimento capitalista

O instrumental teórico que reunimos até agora nos permite partir para uma análise sumária das etapas do processo de acumulação e desenvolvimento capitalista. Nosso ponto de referência para a análise do processo de acumulação de capital e de incorporação de progresso técnico que define o desenvolvimento capitalista será a taxa de lucro. Naturalmente deveremos fazer também hipóteses sobre a taxa de salários, sobre a taxa de mais-valia, sobre a composição orgânica do capital, sobre a relação capital-trabalho, sobre a relação produto-capital, e sobre a taxa de crescimento da produtividade da mão-de-obra. Para o longo período de mais de dois séculos, que pretendemos estudar, os dados de que dispomos são muito limitados. Existem apenas algumas informações esparsas, às quais estamos fazendo referência principalmente nas notas de rodapé e resumimos no Apêndice. Este estudo deve, portanto, ser considerado como um conjunto de hipóteses teóricas baseadas em algumas indicações históricas e em um sistema de variáveis econômicas logicamente estruturado. Não é, portanto, um trabalho de história econômica onde se pretenda desenvolver uma narrativa histórica do desenvolvimento capitalista. Mas, sim, um esforço para se construir uma lógica teórica que permita formular hipóteses a partir das quais pesquisas históricas poderão ser desenvolvidas. É importante, entretanto, que as tendências que atribui-

remos às variáveis em cada etapa apresentem uma lógica ou uma coerência com as demais, porque já vimos que todas estas variáveis estão entrelaçadas e são interdependentes.

Nossa hipótese fundamental diz respeito ao comportamento da taxa de lucro. Não há dúvida sobre a existência de uma tendência declinante da taxa de lucro, ainda que o declínio efetivo da taxa de lucro não se realize necessariamente. A análise de Marx a respeito, enquanto vê nesta tendência o motor fundamental do desenvolvimento capitalista, é perfeita. A classe capitalista está sempre ameaçada pelo declínio da taxa de lucro, dada a tendência à elevação da relação capital-trabalho. Para evitar essa tendência está permanentemente tomando medidas que visam contrabalançar esta tendência. Estas medidas vão desde a adoção de tecnologia poupadora de capital até a transferência para o Estado das atividades capital-intensivas e de baixa rentabilidade, de forma a garantir a taxa de lucro privada.

A tendência declinante da taxa de lucro é, portanto, uma lei fundamental do desenvolvimento capitalista. A partir dessa lei, Marx, embora referindo-se às forças contrabalançadoras,¹ previu o efetivo declínio da taxa de lucro. Ainda que se possam encontrar algumas evidências de uma tendência declinante da taxa de lucro,² essas evidências são muito imprecisas e certamente não permitem a previsão a médio prazo do colapso do sistema capitalista, como pretende Marx. Abstraídos os ciclos econômicos, que naturalmente provocam flutuações bruscas na taxa de lucro, esta provavelmente permaneceu estável por longos períodos. Marx, embora nunca tenha estabelecido prazos definidos, previa que o declínio da taxa de lucro seria suficientemente rápido para levar o sistema capitalista ao colapso dentro de um tempo histórico relativamente curto. Nesse sentido a previsão de Marx não se con-

¹ Karl Marx, *O Capital*, Livro III, cap. XIV, Civilização Brasileira, 1974, Rio de Janeiro.

² Paul Bairoch, a partir de diversos estudos, fez uma análise de longo prazo. Encontrou taxas de lucro na Inglaterra e na França, no começo do século XIX, que deviam variar entre 20 e 40%. Na Inglaterra, no período 1956-1961, a taxa média de lucro era de 9,6%. Nos Estados Unidos, no período 1922-1929, as taxas de lucro situavam-se entre 9 e 11%; entre 1946 e 1950, estavam em torno de 14%; e entre 1951-55 desceram para 12% (cf. Paul Bairoch. *Revolución Industrial y Sub-desarrollo*, Siglo XXI, 1967, pp. 69-75).

firmou, porque não é razoável que ela tenha sido feita por um prazo mais longo do que 100 anos.

A falha da previsão só pode estar localizada nas tendências atribuídas às relações básicas. Na medida em que a taxa de lucro depende diretamente da composição orgânica do capital e da taxa de mais-valia, e que a composição orgânica do capital depende do tipo de progresso técnico, da tendência da relação capital-trabalho e da taxa de salários, e que a taxa de mais-valia depende especialmente da taxa de salários, é evidente que a previsão geral de Marx não se confirmou em um prazo historicamente significativo porque algumas de suas hipóteses parciais deixaram de se verificar.

Por outro lado, o modelo de Marx em relação à tendência da taxa de lucro possui uma grande simplicidade e um grande poder explicativo para o funcionamento do sistema capitalista. Vamos, portanto, usar estas mesmas relações, mas submeter à crítica os pressupostos usados por Marx a respeito das tendências das diversas taxas. Seguindo Marx, vamos partir da taxa de lucro, que é a relação fundamental. Aparentemente Marx tomou como base a taxa de mais-valia e a composição orgânica do capital para chegar à taxa de lucro. Na verdade, porém, é evidente que Marx partiu de uma hipótese a respeito da taxa de lucro, e depois foi buscar justificativas para ela no comportamento das demais variáveis.

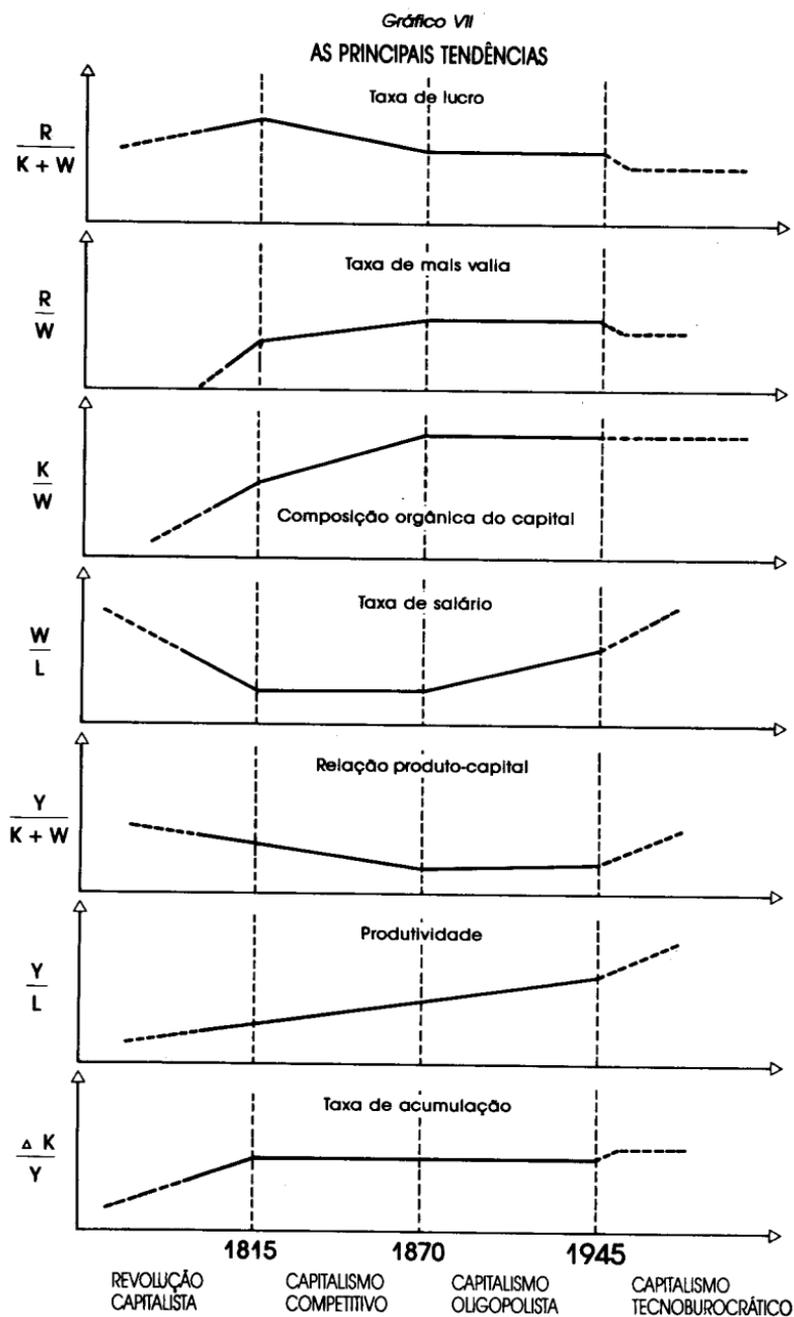
Através da análise do comportamento da taxa de lucro, da composição orgânica do capital, da composição técnica do capital, da taxa de mais-valia, da taxa de salários, do tipo de progresso técnico e do aumento da produtividade podemos compreender melhor o processo de desenvolvimento a longo prazo do capitalismo. Para isso devemos, apesar de todos os riscos dessa empreitada, dividir o desenvolvimento capitalista em etapas, tendo como ponto de referência a Inglaterra, e em seguida examinar, dentro de cada fase, o comportamento de nossas principais variáveis.

Propomos, no âmbito de nossa análise, quatro etapas seculares, todas no âmbito do modo capitalista de produção. A primeira, que poderíamos chamar de Revolução Capitalista, abrange os séculos XVII e XVIII, a Revolução Comercial, o correspondente processo de acumulação primitiva, e a Revolução Industrial. A segunda etapa, que poderíamos chamar de Capitalismo Competitivo, vai do início do século XIX até

aproximadamente 1870. A terceira fase, em que o capitalismo já está plenamente maduro e as economias dos demais países centrais começam a se equiparar com a inglesa, pode ser chamada de fase do Capitalismo Oligopolista ou Monopolista; corresponde à formação dos grandes monopólios e oligopólios, ao desenvolvimento do capitalismo financeiro e ao imperialismo. Finalmente, após a Segunda Guerra Mundial, teria eventualmente início a fase atual do Capitalismo Oligopolista Tecnoburocrático ou de Estado. Esta fase corresponderia ao declínio do sistema e à tendência a se constituir, dentro das formações sociais capitalistas, relações de produção próprias do modo de produção estatal ou tecnoburocrático. Embora estejamos estabelecendo uma data aproximada para o início dessa última fase, é difícil determiná-la com precisão. E de qualquer forma, verificaremos que é preciso não confundir o declínio do sistema capitalista com crise do sistema econômico. Falamos em declínio na medida em que novas relações de produção não capitalistas vão ganhando importância e que a remuneração do capital, ou seja, a taxa de lucro, venha a se reduzir. Ora, veremos que esta hipótese é compatível com um sistema econômico estável, dada a paulatina mudança nas relações de produção.

Cada uma das quatro etapas abrange mais de um ciclo longo ou de Kondratieff, cuja natureza e dinâmica examinaremos na terceira parte deste livro. Mas as mudanças de etapas correspondem aos momentos em que termina a expansão ou então em que termina o declínio de um ciclo longo.

Estas quatro etapas estão naturalmente relacionadas não apenas com a taxa de lucro, mas também com as demais variáveis econômicas que determinam a relação entre os lucros e o capital. Conforme podemos verificar no Gráfico VII e em seguida examinaremos com mais detalhe no restante deste capítulo, no período da Revolução Capitalista a taxa de lucro é elevada e eventualmente crescente, enquanto que a taxa de acumulação é fortemente crescente. Uma taxa de lucro crescente é compatível com uma taxa de mais-valia crescente, em função do declínio da taxa de salários e com uma composição orgânica também crescente, mas a um ritmo menor. O crescimento da composição orgânica do capital é função da elevação da relação capital-trabalho (que não aparece no gráfico porque é sempre crescente), da baixa dos salá-



rios, e está correlacionada com o progresso técnico dispendioso de capital, expresso na redução da relação produto-capital. Durante todo o período estudado a produtividade é crescente, tendendo a acelerar-se nos anos recentes.

Na *fase marxista* do Capitalismo Competitivo inverte-se a tendência da taxa de lucro, que passa a ser declinante, ao mesmo tempo que a taxa de acumulação tende a estabilizar-se. O declínio da taxa de lucro está relacionado com a estabilização da taxa de salários, fazendo com que a taxa de mais-valia passe a crescer mais lentamente, enquanto que a composição orgânica do capital continua a crescer, agora mais rapidamente do que a taxa de mais-valia, embora a um ritmo menor do que no período anterior devido à influência da estabilização dos salários. O progresso técnico continua dispendioso de capital.

No período do Capitalismo Oligopolista a taxa de lucro e a de acumulação se estabilizam, da mesma forma que a taxa de mais-valia e a composição orgânica do capital. A taxa de salários passa a crescer ao mesmo ritmo da taxa de produtividade. O progresso técnico torna-se neutro.

A fase do Capitalismo Oligopolista **Tecnoburocrático** tem suas tendências pontilhadas no gráfico porque têm ainda um caráter provisório e especulativo. A taxa de lucro eventualmente cai ligeiramente devido à participação dos ordenados dos tecnoburocratas, mas em seguida volta a estabilizar-se em um nível um pouco mais baixo, que remunere os capitalistas-rentistas e garanta o prosseguimento da taxa de acumulação. Esta pode inclusive crescer devido à utilização de poupanças das camadas médias da população. A taxa de salários acelera o seu ritmo de crescimento, mas a taxa de aumento de produtividade também se acelera, de forma que a taxa de mais-valia pode permanecer estável ou então reduzir-se um pouco, na medida em que os salários cresçam um pouco mais rápido que a produtividade. A composição orgânica do capital, por sua vez, também tende a permanecer estável na medida em que um progresso técnico agora provavelmente poupador de capital permite contrabalançar a elevação da relação capital-trabalho. É este progresso técnico poupador de capital que também permite que a taxa de lucro se estabilize ainda que os salários cresçam mais rapidamente que a produtividade.

Este ensaio tem um caráter mais teórico do que histórico. Por isso pretendemos apenas sumarizar rapidamente a análise das etapas. E não nos preocuparemos em discutir em profundidade as causas que determinam a transição de uma etapa para outra. Isto não significa que o problema não seja importante. Pelo contrário, é fundamental. Mas escapa aos propósitos do presente ensaio.

É importante assinalar, entretanto, que a periodização em quatro etapas do desenvolvimento capitalista não é arbitrária. Embora este livro não pretenda estudar o problema da transição entre as etapas seculares do desenvolvimento capitalista, não é por acaso que a análise começa no final do século XVIII, quando se torna dominante na Inglaterra o modo especificamente capitalista de produção. Naturalmente a análise da tendência declinante da taxa de lucro, da acumulação e das crises só faz sentido nos quadros do modo capitalista de produção.

Por outro lado, as datas escolhidas como momentos importantes de transição das etapas seculares — 1815, 1870, 1945 — coincidem com datas de mudança de sentido nos ciclos de Kondratieff (cuja dinâmica estudaremos no Capítulo 12). Estes ciclos, cuja duração é de aproximadamente cinquenta anos, têm uma fase de expansão e uma fase de declínio, ou seja, de crescimento bem mais moderado, cada uma de aproximadamente vinte e cinco anos. Partindo de 1790, temos a seguinte evolução:

- 1º Kondratieff
expansão: 1790-1815
declínio: 1815-1842
- 2º Kondratieff
expansão: 1842-1870
declínio: 1870-1895
- 3º Kondratieff
expansão: 1895-1920
declínio: 1920-1945
- 4º Kondratieff
expansão: 1945-1970
declínio: 1970-...

Entre essas datas, que são aproximadamente as sugeridas pelo próprio Kondratieff, por Schumpeter e por Mandell,³ escolhemos três como datas aproximadas de transição para as etapas seculares de desenvolvimento capitalista: dois momentos de auge e início do declínio, 1815, quando termina a Revolução Industrial e 1870, quando o desenvolvimento capitalista alcança plena maturidade; e um momento de fundo do poço e início de expansão, 1945, quando, terminada a grande depressão dos anos trinta e a Segunda Guerra Mundial, o capitalismo entrava em uma nova fase de crescimento, nos quadros do capitalismo tecnoburocrático.

O fato de haver uma correlação entre as etapas e os ciclos longos significa que para a conceituação das etapas seculares do desenvolvimento capitalista é importante o desenvolvimento tecnológico, o desenvolvimento das forças produtivas, já que os ciclos longos são sempre caracterizados por ondas schumpeterianas de inovação. Obviamente, porém, também a luta de classes, expressa na evolução política do capitalismo, é fundamental para a análise das etapas. A própria denominação das etapas — Revolução Capitalista, Capitalismo Competitivo, Capitalismo Oligopolista e Capitalismo Oligopolista Tecnoburocrático — deixa claro que as mudanças institucionais, fruto do desenvolvimento tecnológico e da luta de classes, são decisivas para a análise do desenvolvimento capitalista. Na verdade, ao utilizarmos essas denominações estamos privilegiando a forma dominante de organização do mercado — competitiva ou oligopolista — e a natureza das classes dominantes — puramente capitalista, burguesa, ou já também contando com a participação significativa da tecnoburocracia ou classe tecnoburocrática ao lado da classe capitalista.

³ Cf. Nicolai D. Kondratieff, "The long waves in economic life", em American Economic Association (comitê organizador), *Readings in Business Cycle Theory*, Filadélfia, The Blackston Company, 1951; Joseph A. Schumpeter, *Business Cycles*, Nova Iorque, McGraw Hill, 1939; e Ernest Mandel, *Long Waves of Capitalist Development*, Cambridge University Press, 1980.

1

A Revolução Capitalista abrange, para efeito de nosso modelo altamente simplificado, a Revolução Comercial e a Primeira Revolução Industrial. Esse período, portanto, inclui o próprio surgimento do sistema capitalista, e dos correspondentes conceitos de lucro e acumulação de capital. É a fase do surgimento de uma nova classe social — a burguesia — e de sua ascensão ao poder econômico e político, em substituição à aristocracia de origens feudais. Do ponto de vista econômico a Revolução Capitalista é uma fase estritamente ascensional do sistema capitalista. Caracteriza-se por uma elevada taxa de lucro, acompanhada de um forte processo de concentração de renda. É o momento em que a taxa de acumulação do sistema capitalista cresce e se afirma. Parece-nos dispensável incluir uma subfase anterior, em que a taxa de lucro fosse ascendente. Nossa hipótese é de que a taxa de lucro foi elevada desde os albores da Revolução Capitalista.

Uma característica essencial da Revolução Capitalista é que a taxa de salário, W/L , é declinante. Na verdade, não se trata propriamente da taxa de salários, já que o assalariado está se formando nesse período, mas da taxa de remuneração da mão-de-obra. Verifica-se então um violento processo de proletarização dos camponeses, transformados em trabalhadores urbanos. É o processo da acumulação primitiva a estabelecer o nível básico da taxa de acumulação de capital do sistema econômico.

A Revolução Capitalista, que abrange toda a Revolução Comercial e o correspondente processo de acumulação primitiva e uma boa parte da Primeira Revolução Industrial, é o período propriamente dito de afirmação revolucionária do sistema capitalista. A taxa de lucro é elevada. Os lucros totais, R , crescem a uma taxa superior à dos salários totais, W , de forma que a renda se concentra, ou seja, aumenta a taxa de mais-valia. Na medida em que isto ocorre, a taxa de acumulação de capital em relação à renda, $\frac{\Delta K}{Y}$, aumenta.

Tem início assim o processo de desenvolvimento econômico capitalista. O crescimento da taxa de concentração da renda nas mãos da classe capitalista e a manutenção da taxa de lucro em níveis elevados são fundamentais para que a própria

Revolução Capitalista ocorra. Uma das características essenciais é exatamente o grande aumento da taxa de poupança e de investimento. As sociedades tradicionais, pré-capitalistas, caracterizam-se por uma baixíssima taxa de poupança. Com o surgimento da burguesia, intrinsecamente associada às idéias de lucro e acumulação de capital, a renda se concentra nas mãos desta classe e a taxa de acumulação do sistema econômico, que era em geral inferior a 10%, aproximadamente dobra.

Por outro lado, em relação à composição orgânica do capital, a hipótese de Marx confirma-se. É crescente. A acumulação de capital cresce a uma taxa cada vez maior, conforme acabamos de ver, enquanto que a taxa de salários é declinante, apesar do aumento de produtividade que está ocorrendo.

Temos, portanto, na Revolução Capitalista, uma taxa de lucro constante, embora elevada, enquanto a taxa de mais-valia e a composição orgânica do capital aumentam, provavelmente a um ritmo semelhante:

$$\frac{\vec{R}}{K + W} = \frac{\frac{R}{W} \uparrow}{\frac{K}{W} \uparrow + 1}$$

Os lucros são elevados na Revolução Capitalista porque a classe burguesa realiza uma revolução tecnológica ao mesmo tempo em que supre uma “reserva de mercado”, ou seja, uma demanda insatisfeita criada em grande parte pela própria proletarização dos camponeses. A concorrência, nesse período, é ainda relativamente pequena. Toda a produção é avidamente consumida, na medida em que as inovações tecnológicas e o conseqüente barateamento dos preços, além do simples lançamento no mercado de produtos antes não disponíveis, ao mesmo tempo criam e encontram aquela reserva de mercado a que nos referimos.

Este tipo de desenvolvimento baseado em uma reserva de mercado, na proletarização dos camponeses, na redução da taxa de remuneração dos trabalhadores e conseqüentemente na elevação da taxa de mais-valia tem limites óbvios. A redução da taxa de remuneração dos trabalhadores pratica-

mente tem, de um lado, limite no nível histórico de sobrevivência dos próprios trabalhadores, e de outro na necessidade do sistema capitalista encontrar compradores para seus produtos. Dessa forma a taxa de remuneração dos trabalhadores deve tender a estabilizar-se ao nível de sobrevivência, e, em consequência, a taxa de mais-valia deve reduzir seu ritmo de crescimento. Estão assim definidas as condições para a transição para a fase do Capitalismo Competitivo.

2

A fase do Capitalismo Competitivo é a fase clássica do capitalismo. É o momento em que, na formação social inglesa, o modo de produção capitalista é plenamente dominante. Enquanto a Revolução Capitalista é um momento de transição, em que o modo de produção feudal deixa de ser dominante para dar lugar ao capitalista, no Capitalismo Competitivo todas as características específicas do novo modo de produção, que Marx descreveu em profundidade, estão presentes. O capital tornou-se a relação de produção dominante através da separação dos trabalhadores dos instrumentos de produção e sua apropriação privada pela burguesia; verificou-se o processo de generalização da mercadoria inclusive com a força de trabalho transformada em mercadoria cujo preço é o salário; todos os bens são produzidos em função de seu valor de troca no mercado; o objetivo da atividade econômica é o lucro, ou a mais-valia, realizada no mercado pelos capitalistas através da troca de valores equivalentes; a taxa de acumulação de capital já atingiu um nível adequado para a reprodução ampliada do sistema, as pequenas e médias empresas dominam a produção; a competição generalizada entre elas funciona como mecanismo de controle da economia; o Estado Liberal preside o sistema econômico e garante o poder da nova classe dominante.

Esta é a fase do capitalismo que Marx conheceu e viveu. Poderíamos também chamá-la de *fase marxista* do capitalismo. A taxa de lucro, que fora muito elevada na fase da Revolução Capitalista, agora entra em declínio em função da relativa estabilização da taxa de mais valia, ao mesmo tempo que

a composição orgânica do capital continua a crescer devido ao processo de mecanização da economia.

Para a taxa de salários vigora a teoria dos economistas clássicos e de Marx. Ela corresponde ao custo da reprodução da mão-de-obra. Possibilita, portanto, que os trabalhadores sobrevivam e se reproduzam. A manutenção da taxa de salários nesse nível é possível de um lado porque vigora uma oferta ilimitada de mão-de-obra e de outro porque os trabalhadores não têm ainda condições de controlar a oferta de trabalho através da organização sindical. A oferta ilimitada é função da expulsão dos camponeses de suas terras, do aumento da população, cuja taxa de crescimento se acelera já a partir da Revolução Capitalista e, finalmente, da criação de um exército industrial de reserva. Estas explicações não são incompatíveis. Elas se somam e se sucedem historicamente.

Na medida em que o custo da reprodução da mão-de-obra é historicamente determinado, conforme observa Marx, podemos inclusive admitir um pequeno aumento da taxa de salários durante o período.

Nessa fase a análise marxista da tendência declinante da taxa de lucro é perfeitamente adequada. A acumulação de capital e o progresso técnico levam ao aumento da relação capital-trabalho. A composição orgânica do capital tende a crescer, dado um progresso técnico dispendioso de capital, em função do processo de mecanização em curso. Só um processo fortemente poupador de capital impediria a composição orgânica do capital de crescer. A taxa de mais-valia por sua vez é constante ou cresce a uma taxa menor do que a taxa de crescimento da composição orgânica do capital. Em consequência, a taxa de lucro é declinante.

$$\frac{R}{K + W} \downarrow = \frac{\bar{R}}{\frac{K}{W} \uparrow + 1}$$

Esta é a fórmula simplificada de apresentação da teoria de Marx sobre a tendência declinante da taxa de lucro. A rigor, se a taxa de salários for constante, enquanto aumenta a produtividade, poder-se-ia imaginar um aumento na taxa de mais-valia, ou seja, um processo de concentração de renda, já

que a taxa de lucro por trabalhador estará aumentando. Para que o lucro por trabalhador aumente e ainda assim caia a taxa de lucro, será preciso um fortíssimo aumento na relação capital-trabalho. Por isso, se desejamos estabelecer a hipótese de uma repartição da renda constante nesse período, a qual é provavelmente a hipótese mais correta, devemos ficar com a hipótese de um ligeiro crescimento da taxa de salários. Ambas as hipóteses estão de acordo com a análise de Marx, que previa a relativa constância da taxa de mais-valia e ao mesmo tempo aceitava que a taxa de salários crescesse à medida em que o custo histórico da reprodução da mão-de-obra aumentasse. Por outro lado, a hipótese de um começo de aumento na taxa de salários nesse período é mais facilmente compatível com uma taxa de mais-valia constante ou ligeiramente crescente.⁴

3

A passagem da fase do Capitalismo Competitivo para o Capitalismo Oligopolista ocorre gradualmente, durante a segunda metade do século XIX. A escolha da data de 1870, como as demais, é relativamente arbitrária. No final do processo, entretanto, as modificações são bem claras.

A fase anterior possuía um elemento de instabilidade fundamental: a tendência declinante da taxa de lucro. A característica fundamental da nova fase é a de lograr a estabilização da taxa de lucro. O capitalismo chega assim à sua *maturidade*, mas não deixa de ser uma maturidade paradoxal, na medida em que, para estabilizar a taxa de lucro o sistema é obrigado a adotar uma série de estratégias e a sofrer uma série de modificações que começam a desfigurá-lo.

Para impedir a baixa da taxa de lucro, a primeira e mais óbvia estratégia é reduzir o nível de concorrência. O capitalis-

⁴ A taxa de salários passou a crescer em termos reais em torno de meados do século passado. O fato histórico novo que determina esse início de deslocamento da taxa de salários do custo de reprodução da mão-de-obra, ou seja, do valor da força de trabalho, é a estruturação do movimento sindical que então ocorre nos países centrais. Na França, conforme demonstra o Quadro X do Apêndice, a taxa de crescimento dos salários reais é claramente positiva na segunda metade do século XIX.

mo começa a se oligopolizar. Economias de escala em certos setores industriais constituem uma primeira base para o processo de concentração e centralização do capital. A formação de grandes bancos de investimentos, que vão permitir o controle financeiro centralizado de um número crescente de empresas, constitui uma segunda base para o desenvolvimento do capitalismo monopolista. Finalmente, o desenvolvimento de técnicas administrativas baseadas no processo de descentralização e administração por objetivos vai permitir um crescimento ainda maior das grandes empresas burocráticas.⁵ Certos desenvolvimentos tecnológicos, geralmente identificados com a Segunda Revolução Industrial, como a eletricidade, o motor a explosão e a linha de montagem, facilitam o processo de concentração e centralização do capital. Ao lado do setor competitivo, surge um setor oligopolizado e cartelizado nos países capitalistas centrais. Esse setor obterá taxas de lucro diferenciais mais elevadas e assumirá de forma crescente o controle do processo de acumulação de capital e de progresso técnico.

Mais ou menos concomitantemente com o processo de oligopolização da economia, temos o crescimento do papel do Estado que aos poucos vai deixando de ser Estado Liberal para ser o Estado Regulador. Como os bancos de investimento, o Estado Desenvolvimentista faz seu aparecimento nos países centrais em que a revolução industrial é tardia, como a França e a Alemanha.⁶ Mas em um segundo momento surge

⁵ Uma análise da formação das grandes empresas oligopolísticas modernas, do tipo que costumam fazer seus defensores ideológicos, atribuiria seu crescimento apenas às economias de escala. A tese é obviamente falsa, na medida em que a economia de escala é uma variável técnica, que poderia ser medida em uma fábrica, e vemos uma mesma empresa possuir várias fábricas, em vários locais, produzindo o mesmo produto. É evidente que nesse caso outros fatores, que nada têm a ver com as economias de escala, devem ser considerados. Na verdade, todo o processo administrativo moderno tem como objetivo afastar a fronteira das deseconomias de escala. As técnicas produtivas determinariam um tamanho ótimo (ou melhor, um intervalo ótimo de tamanho) de fábrica. As técnicas administrativas permitem que a empresa multiplique as fábricas e se beneficie das vantagens oligopolísticas.

⁶ Ver a análise de A. Gerschenkron sobre o capitalismo tardio e os padrões de desenvolvimento: *Economic Backwardness in Historical Perspective: A Book of Essays*, Praeger, 1975, Nova Iorque. O Estado transforma-se então no principal

também na Inglaterra e nos Estados Unidos, em que o Estado assume principalmente o caráter regulador da economia, já que a modernização já fora feita pela burguesia. Os Estados Unidos, que são atingidos violentamente pela grande crise dos anos trinta, adotam o *new deal*. Em seguida, e já entrando pela etapa do Capitalismo Oligopolista Tecnoburocrático, a generalização da política econômica keynesiana marca a definitiva emergência do Estado Regulador no capitalismo central. O sentido desse movimento é o mesmo do processo de monopolização da economia: reduzir o nível de concorrência e defender a taxa de lucro do sistema.⁷

Para defender a taxa de lucro do setor privado, o Estado passa inclusive a absorver as empresas deficitárias, especialmente na área dos serviços públicos, ao mesmo tempo em que aumenta suas despesas no setor da segurança e assistência social. Através dessa estratégia, o Estado possibilita o aumento indireto dos salários, seja cobrando preços baixos por certos serviços públicos, seja elevando suas despesas sociais, e ao mesmo tempo protege a taxa de lucro médio do setor capitalista, na medida em que aceita para as empresas estatais uma taxa de lucro mais baixa e freqüentemente prejuízo.⁸

Outra estratégia de caráter bastante diverso, que irá

agente do desenvolvimento ou da modernização econômica. No século XX esse tipo de Estado tenderá a generalizar-se para os países subdesenvolvidos.

⁷ A teoria econômica keynesiana e mais do que isso, a *revolução keynesiana* só ganha sentido se a entendermos como produto do capitalismo monopolista. Keynes não é um ideólogo vulgar, do tipo de Adolphe Berle ou Peter Drucker. Mas toda a sua teoria tem um único sentido: viabilizar o Capitalismo Monopolista através do processo contraditório de legitimação da emergência de Estado Regulador.

⁸ A baixa rentabilidade das empresas estatais e mesmo o prejuízo que muitas apresentam tem sido atribuído à ineficiência estatal pelos defensores saudosos do Estado Liberal. Na verdade a eventual ineficiência tem um papel secundário no problema. O essencial é considerar as empresas públicas como agentes de distribuição de renda entre capitalistas, trabalhadores e os próprios tecnoburocratas que as administram. As empresas estatizadas são geralmente aquelas capital-intensivas como, por exemplo, a indústria de produção de energia, e a indústria siderúrgica, ou então as empresas que prestam serviços públicos, como transportes públicos e comunicações. Na medida em que as tarifas ou preços sejam baixos, subsidiam os consumidores; na medida em que são lucrativas, sendo capital-intensivas, permitem que a taxa média de lucro do setor privado não baixe.

ajudar a impedir a redução da taxa de lucro, é o imperialismo e a divisão internacional do trabalho, que tem início ainda na primeira metade do século passado, mas que alcança seu auge na fase do Capitalismo Oligopolista. O imperialismo irá permitir a transferência de excedente dos países periféricos para os países centrais. A transferência ocorrerá por diversas formas: através do sistema de preços e da troca desigual, através da taxa de juros, através de lucros de investimentos diretos. Inicialmente a transferência do excedente será quase total. À medida em que as classes dominantes locais vão se organizando melhor, uma parte maior do excedente resta na periferia. É o caso do novo imperialismo industrializante, baseado nos investimentos diretos das empresas manufatureiras multinacionais, o qual, entretanto, só será significativo na metade deste século, quando a fase que estamos examinando possivelmente já está terminada. Em qualquer hipótese, o sentido do imperialismo é sempre um só: transferir para o centro uma parte do excedente gerado na periferia, aproveitando a mão-de-obra barata dos países periféricos para elevar os salários e manter a taxa de lucro dos países centrais. Através do imperialismo o capitalismo central estende a duração do processo de acumulação primitiva. Os baixos salários dos trabalhadores periféricos, garantidos não apenas por uma oferta ilimitada de mão-de-obra mas também por mecanismos institucionais, inclusive a preservação de formas pré-capitalistas de produção para a subsistência das famílias trabalhadoras, vão permitir a transferência de excedente para os países capitalistas centrais através do comércio internacional, baseada no mecanismo da troca desigual, através das remessas de lucros pelas empresas multinacionais e, finalmente, através do sistema financeiro internacional que, já na fase do Capitalismo Oligopolista Tecnoburocrático, irá constituir uma grande dívida para os países do Terceiro Mundo e em seguida elevar dramaticamente as taxas de juros. A exploração de trabalho imigrante nos países centrais será uma forma direta de aproveitamento da mão-de-obra barata dos países periféricos.⁹

⁹ A bibliografia sobre o imperialismo inclui desde trabalhos clássicos de Hobson, Lenin e Rosa de Luxemburgo, até as contribuições mais recentes de autores como Baran, Sweezy, Magdoff, Gunder Frank, de um lado, e Fernando Henrique

A monopolização da economia, a emergência do Estado Regulador e o imperialismo são formas óbvias para o capitalismo defender sua taxa de lucro. Também é óbvia a aceleração do progresso técnico, com a adoção de técnicas não apenas poupadoras de mão-de-obra mas também de capital. O progresso torna-se assim poupador de capital ou pelo menos neutro, o que impede a elevação da composição orgânica do capital.

Menos óbvia, mas que afinal tem o mesmo sentido, é a elevação da taxa de salários, que acaba tendo o mesmo resultado de impedir a elevação da composição orgânica do capital. A taxa de salários, na fase do Capitalismo Monopolista, passa a crescer aproximadamente à mesma taxa do aumento da produtividade. Isto é possível principalmente devido à crescente capacidade de organização dos sindicatos operários. Também é importante o esgotamento relativo da reserva de camponeses internos aos países centrais para serem proletarizados. O capital central só poderá agora contar com imigrantes externos. Em consequência, a taxa de salários dos trabalhadores dos países centrais passa à crescer.¹⁰ E este crescimento tende a ser igual à taxa de crescimento da produtividade. Os dissídios coletivos firmados pelos sindicatos tendem inclusive a apresentar uma fórmula: os aumentos reais devem ser iguais ao aumento da produção por trabalhador. Em consequência a taxa de mais-valia permanece constante.

Os aumentos da taxa de salários poderiam, em princípio, reduzir a taxa de lucro. Entretanto, na medida em que esses aumentos se limitam ao aumento da taxa de produtividade e que o progresso técnico é neutro ou mesmo poupador de capital, não há redução da taxa de lucros mas sim a sua

Cardoso e Celso Furtado de outro. Uma contribuição significativa, na medida em que escapa ao debate entre imperialismo, modernização e dualismo, e dá ênfase ao problema da exploração do trabalho barato é o de Claude Messailloux, *Femmes et Greniers*, Maspero, 1975, Paris.

¹⁰ A partir aproximadamente de 1870 a taxa de salários passa a crescer sistematicamente nos países centrais. Tomando-se essa data como base 100, em 1960, este índice alcançava 346 na França e 377 na Alemanha. Com relação aos salários reais recebidos pelos trabalhadores nos EUA, eles permaneceram praticamente estáveis até a década de 1880. Entre 1880 e 1900 estes salários apresentaram um acréscimo médio de 31,8%. Somente nos anos 1930, devido à Grande Depressão,

estabilização. A composição orgânica do capital e a taxa de mais-valia tendem a ser constantes, garantindo a constância da taxa de lucro:

$$\frac{\vec{R}}{K + W} = \frac{\vec{R}}{W} \cdot \frac{1}{\frac{K}{W} + 1}$$

O caráter constante da composição orgânica do capital¹¹ é possivelmente devido ao progresso tecnológico neutro ou poupador de capital, ou a um aumento da taxa de salários, que neutraliza um eventual crescimento da composição técnica do capital. Nesta fase, assumida taxa de mais-valia e composição orgânica do capital constantes, progresso técnico neutro, e naturalmente, produtividade do trabalho crescente, temos:

$$\frac{\Delta Y}{Y} = \frac{\Delta W}{W} = \frac{\Delta R}{R} = \frac{\Delta K}{K} > \frac{\Delta L}{L}$$

estes salários decresceram novamente, sofrendo uma redução de aproximadamente 19% entre 1925-29 e 1935-41. Após a Segunda Guerra Mundial eles retomaram valores crescentes. Na Inglaterra, a tendência dos salários se apresenta crescente já a partir de 1860, sendo que até 1900 eles tiveram um acréscimo médio de 90,4%. De 1900 em diante estes salários permaneceram crescentes (excetuando-se a década de 1930), muito embora a taxas sensivelmente mais baixas do que nos EUA (ver Quadro IV do Apêndice).

¹¹ Segundo dados levantados por Gillman, a composição orgânica do capital, no setor manufatureiro, nos Estados Unidos seria crescente entre 1880 e 1919, subindo de 1,5 para 4,3. Depois de um pico, provavelmente devido a qualquer elemento distorsivo em 1921 (5,6), a composição orgânica se estabiliza entre 3,5 e 4,5 até 1952 (J. M. Guilmán, *The Falling Rate of Profit*, Londres, 1957). Mage verificou uma estabilidade da composição orgânica do capital, considerada a economia norte-americana como um todo, a partir de 1900. Nesse ano, a taxa seria de 3,67 e em 1955 de 3,64. O aumento para 4,20 em 1920 não é significativo. Em 1935 chegou a um máximo de 4,92 e em 1945 a um mínimo de 2,64 (S. H. Mage, *The Law of the Falling Tendency of the Rate of Profit*, Columbia University, Ph. D. Thesis, pp. 208-9). Estes dados indicariam que nos Estados Unidos a composição orgânica do capital estabilizou-se ainda mais tarde do que estamos pressupondo em nosso modelo geral (cf. Geoff Hodgson, "The theory of the falling rate of profit", em *New Left Review*, março de 1974). Ver Quadro VI do Apêndice.

Como a produção e o total de salários crescem à mesma taxa, e como produtividade e a taxa de salários possuem o mesmo denominador, é fácil verificar a perfeita compatibilidade entre a igualdade dos ritmos de crescimento da taxa de salários e da produtividade com as demais relações próprias dessa fase.

Além de não ser incompatível com a constância da taxa de mais-valia o crescimento da taxa de salários garante o crescimento do mercado para a produção de bens de consumo. Nas fases iniciais de seu desenvolvimento, o modo de produção capitalista possuía uma reserva de mercado para os bens industriais que produzia, de forma que uma taxa de salários ao nível de subsistência era perfeitamente compatível com a demanda agregada forte. Mais importante do que isto, o sistema industrial limitava-se quase exclusivamente à produção de bens de salários e bens de capital. Os bens de consumo de luxo eram produzidos principalmente de forma artesanal. À medida, entretanto, que aumenta a produtividade, a produção de bens de consumo mais sofisticados começa a ser industrializada. A elevação da taxa de salários acima do nível de subsistência é então essencial para garantir a produção em massa desses bens. O desenvolvimento da indústria automobilística e a transformação do automóvel em bem de consumo de massa, no início do século, é o melhor exemplo desse processo de criação de mercado e de sustentação da demanda agregada através da elevação da taxa de salários.

O aumento da taxa de salários ao mesmo ritmo do crescimento da produtividade irá permitir um desenvolvimento equilibrado do sistema capitalista, na medida em que acabará se transformando, sob vários aspectos, em um fator de estabilidade a longo prazo da taxa de lucro. É claro que a médio e curto prazo o sistema capitalista continua extremamente instável, sujeito a crises cíclicas profundas. A última dessas crises, na fase do Capitalismo Oligopolista, será a crise dos anos trinta. Será ela, somada à Segunda Guerra Mundial, um fator importante a determinar o fim dessa fase e o início do Capitalismo Oligopolista Tecnoburocrático.

4

A estabilidade a longo prazo da taxa de lucro, que ocorre no Capitalismo Oligopolista, não teve nenhum caráter automático ou embutido no sistema. Entre as estratégias mais importantes que permitiram esse resultado, encontram-se, de um lado a oligopolização dos mercados e a burocratização das empresas, e de outro, o grande crescimento do Estado. Ambos os fenômenos têm o sentido de reduzir o grau de concorrência e a anarquia na produção daí decorrente, e aumentar o grau de planejamento da economia. Sob muitos aspectos a taxa de lucro passou a ser planejada pelas próprias empresas, mas também pelo Estado, o qual, através da política econômica, procura manter a taxa de lucro do setor privado em um nível considerado adequado.

Entretanto, se esses fatos permitiram estabilizar a taxa de lucro, levaram em contrapartida a sociedade a um crescente processo de burocratização. Grandes empresas burocráticas e um grande Estado burocrático caracterizam hoje, mais do que qualquer outra coisa, as formações sociais dos países contemporâneos. Ora, o crescimento quantitativo das organizações burocráticas privadas e públicas e o aumento do número de administradores e técnicos que administram essas organizações produziram afinal um salto qualitativo. As relações de produção capitalistas continuam ainda dominantes nos países centrais, mas novas relações de produção tecnoburocráticas se formam. O capital, ou seja, a propriedade privada dos meios de produção, vai aos poucos perdendo importância, ao mesmo tempo em que cresce o significado da nova relação de produção, que chamamos *organização*. A nova forma de propriedade dos meios de produção — a propriedade organizacional ou tecnoburocrática — define-se pelo seu caráter coletivo e pela intermediação da organização burocrática entre os tecnoburocratas e os meios de produção. Uma nova classe — a classe dos tecnoburocratas, proprietários coletivos das organizações burocráticas — começa a se formar. Os tecnoburocratas que podem ser divididos em alta, média e baixa tecnoburocracia, dependendo da posição que ocupem na hierarquia organizacional, tornam-se cada vez mais numerosos. Seu poder aumenta a todo instante, através de seu crescente controle sobre as unidades produtivas e sobre o Estado.

Sua forma específica de apropriação privada do excedente econômico — os ordenados — vai se tornando uma variável essencial para qualquer modelo econômico. Para legitimar seu crescente poder, uma ideologia tecnoburocrática, eficiente, planejadora, tecnicificante define-se cada vez com mais clareza. É impossível negar a emergência de novas relações de produção e de uma nova classe nos países capitalistas centrais. Na verdade essa nova classe emerge também nos países periféricos, através de revoluções militares e políticas e ali alcança maior poder, na medida em que o sistema capitalista é mais fraco. E nos países comunistas, a nova classe tecnoburocrática é praticamente a alta tecnoburocracia, que ocupa os postos de comando do Estado e do Partido Comunista, assume integralmente o poder, destruindo as relações de produção capitalista em nome de um socialismo desfigurado, estatizado.¹² Nesses países temos o estatismo ou modo de produção estatal em sua forma quase pura, enquanto que nos países capitalistas centrais, que estão sendo objeto de análise, a formação social continua tendo o modo de produção capitalista como dominante, mas assume características cada vez mais tecnoburocráticas e estatais. Nessa nova etapa do desenvolvimento capitalista, a formação social dos países centrais pode ser chamada de Capitalismo Oligopolista Tecnoburocrático ou de Estado.

Se usarmos a clássica distinção feita por Marx, a partir da contribuição de Adam Smith, entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo — o primeiro produzindo mais-valia e o segundo não — o trabalho dos tecnoburocratas, remunerado por *ordenados* ao invés de salários, corresponde aproximadamente ao trabalho improdutivo. Não corresponde exatamente porque para Marx há cinco tipos de trabalho improdutivo: 1) serviço público; 2) trabalho doméstico; 3) trabalho artesanal; 4) trabalho de circulação (vendas, finanças, etc.); e 5) trabalho de supervisão ou gestão. Por outro lado há três

¹² Sobre a classe tecnoburocrática e o modelo estatal ou tecnoburocrático de produção ver Luiz C. Bresser Pereira, "A emergência da tecnoburocracia", em *Tecnoburocracia e Contestação*, Petrópolis, Vozes, 1972, 1 Parte; "Notas introdutórias ao modo tecnoburocrático ou estatal de produção" e "A partir da crítica", em *Estudos CEBRAP*, n.º 21, 1977. Estes trabalhos foram depois reunidos em *A Sociedade Estatal e a Tecnoburocracia*. São Paulo, Brasiliense, 1981.

tipos de trabalho produtivo: 1) trabalho manual nas empresas capitalistas; 2) trabalho técnico; e 3) trabalho de transporte de mercadorias nessas mesmas empresas. Ora, o trabalho doméstico e o artesanal, de um lado, embora improdutivo não é tecnoburocrático; por outro lado, o trabalho técnico, embora produtivo, é tipicamente tecnoburocrático. Na verdade, essa distinção entre trabalho produtivo, que Smith e Marx utilizaram para analisar o avanço do modo capitalista de produção, hoje tem pouca utilidade e faz pouco sentido. Muito mais importante é a distinção entre o trabalho manual, próprio dos trabalhadores, e trabalho coordenativo, próprio dos tecnoburocratas e dos capitalistas ativos ou empresários.

É preciso assinalar que tecnoburocrático não é aqui sinônimo de estatal, embora as duas expressões sejam correlacionadas, na medida em que uma parte importante da tecnoburocracia é estatal. O termo tecnoburocrático, entretanto, é mais amplo do que o estatal porque abrange também a tecnoburocracia privada, tão importante a cada vez mais importante nesse tipo de formação social.

Nos países centrais, que estamos estudando, a emergência dessas novas relações de produção e dessa nova classe acabará, a longo prazo, por destruir o capitalismo,* não obstante toda a resistência da classe capitalista ao processo de estatização, que se manifesta através de reações conservadoras como o monetarismo e o *supply side economics*. Isto não significa, entretanto, que a classe tecnoburocrática será necessariamente dominante no futuro. A crítica à tecnoburocracia é muito forte nos países centrais inclusive nos partidos de esquerda e entre os trabalhadores. Por isso, ainda que o desenvolvimento das forças produtivas aponte na direção de uma maior influência da tecnoburocracia, é provável que as resistências a ela acabarão por levar a um tipo de socialismo democrático, em que os conceitos de classe irão perdendo vigor.

A prosseguirem as tendências atuais, o capitalismo não desaparecerá através de uma grande crise, mas irá sendo aos poucos minado pela emergência da tecnoburocracia ao nível das empresas e do Estado e pela ação dos movimentos sociais transformadores da sociedade. Nas empresas os capitalistas vão perdendo qualquer função, na medida em que se transformam em acionistas inativos, sem participação administrativa. Na verdade vão se transformando em rentistas sem

qualquer função social, como aconteceu com a aristocracia proprietária de terras no passado. Por outro lado os tecnoburocratas, cujas funções vão se tornando cada vez mais estratégicas, vão exigindo uma maior participação no excedente econômico, através da elevação da taxa de ordenados e do total de ordenados. Não conseguem necessariamente um aumento da taxa de ordenados, já que a organização sindical da baixa e da média tecnoburocracia é incipiente; mas conseguem sempre o aumento do total de ordenados devido ao aumento relativo do número de tecnoburocratas. Os trabalhadores, por sua vez, organizados sindicalmente, continuam a exigir que a taxa de salários aumente com a produtividade.

A renda, nesta fase, em que a formação social torna-se mista, ainda predominantemente capitalista, mas já crescentemente tecnoburocrática, pode ser definida como sendo igual a salários, mais lucros, mais ordenados dos tecnoburocratas, O, mais o excedente estatal, T, utilizado pelo Estado para fazer seus próprios investimentos:¹³

$$Y = R + W + O + T$$

Na medida em que o total de ordenados tende a crescer mais rapidamente do que a renda e que a própria produtividade — seja devido ao aumento da taxa de ordenados (que eventualmente pode ocorrer), seja, principalmente, devido ao aumento do número de tecnoburocratas — me proporção maior do que a força de trabalho (que necessariamente ocorre)¹⁴ — e

¹³ A título de simplificação, excluimos o Estado das fases anteriores, mas na fase do Capitalismo Oligopolista de Estado ou Capitalismo Tecnoburocrático obviamente é preciso incluir o Estado nos modelos mais simples. Ainda é possível não considerar o Estado quando este realiza despesas militares, policiais, administrativas e de consumo público. Mas a partir do momento em que o Estado torna-se produtor, utilizando seus rendimentos líquidos para investir, torna-se essencial considerar o Estado separadamente.

¹⁴ O aumento do número de tecnoburocratas pode ser ilustrado pelos seguintes dados, referentes aos Estados Unidos: em 1960, os empregados de escritórios (16,0%), profissionais, técnicos e assemelhados (12,2%), vendedores (8,0%) e gerentes e funcionários graduados (5,8%), ou seja, os tecnoburocratas (pessoal administrativo, na tabela de Kuznetz) representavam 42,2% do total de assalariados, contra 16,6% em 1900. Em contrapartida, os trabalhadores manuais reduzem sua participação de 71,4% em 1900 para 45,5% em 1960. Para chegarmos a

a taxa de salários crescer no mesmo ritmo que a produtividade, a taxa de lucro do setor privado deverá decrescer. Durante algum tempo ainda será possível neutralizar este processo através da penalização do lucro estatal, mediante a transferência de empresas deficitárias para o Estado, mas em seguida o lucro das empresas deve declinar.¹⁵

Essa baixa da taxa de lucro será, entretanto, transitória. Uma taxa razoável de lucro será necessária para o autofinanciamento dos investimentos das empresas e, ainda por muito tempo, para uma remuneração mínima para seus acionistas.

100% devemos computar os trabalhadores em serviços que praticamente não sofreram alteração. O total de *assalariados*, ou seja, dos que recebem salários e ordenados, aumentou de 74,9% para 93,0%. Verifica-se, portanto, um enorme aumento do número de tecnoburocratas, enquanto diminui fortemente o número relativo de trabalhadores e capitalistas: 25,1% em 1900 contra 7,0% em 1960 (fonte: Simon Kuznetz, *Modern Economic Growth*, New Haven, University Press, 1966, p. 192). Por outro lado, o aumento da taxa de ordenados mais rapidamente do que a produtividade é obvio nas sociedades contemporâneas. Não existem dados precisos sobre o assunto devido ao hábito de agregar salários e ordenados nos levantamentos estatísticos oficiais. Nos países anglo-saxões, porém, a existência do conceito de *wages* (salários) e *salaries* (ordenados) permite medir o aumento da participação dos ordenados na renda. No Reino Unido, em 1911, os salários representavam 43% e os ordenados representavam 11% do total da renda (21% para os autônomos, 15% para os lucros e 10% para os aluguéis). Em 1965, os salários representavam 45% pouco alterando sua participação, enquanto que os ordenados davam um salto para 30% (9% para os autônomos, 10% para os lucros e 6% para os aluguéis). Verificamos, portanto, que a participação dos ordenados praticamente triplicou (fonte: E. H. Phelps Brown, *Pay and Profits*, Nova Iorque, Augustus M. Kelley, Publishers, p. 3). Ver Quadro IX do Apêndice.

¹⁵ De acordo com cálculos de Nordhaus, a participação dos lucros das empresas na renda total, nos Estados Unidos, decaiu de 22% em 1950, para 11% em 1974 (W. M. Nordhaus, "The falling rate of profits", em *Brookings Papers of Economic Activity*, n.º 1, 1974). Victor Perlo faz uma série de críticas a estes dados, que omitem os lucros das empresas financeiras e dos investimentos no exterior, além de considerar os lucros depois do imposto de renda apesar de nesse período ter ocorrido uma redução do peso do imposto de renda. Faz ainda outras restrições, entre as quais o fato de os cálculos de Nordhaus não considerarem as despesas particulares dos grupos controladores (*expense accounts*). Na verdade, porém, estas despesas, nas grandes empresas norte-americanas, já são um tipo de ordenado indireto dos tecnoburocratas mais do que um lucro dos capitalistas. Feitas algumas correções, a participação dos lucros das empresas na renda seria estável no período (Victor Perlo, "The propaganda of declining profit shares and inadequate investment", em *The Review of Radical Political Economics*, vol. 8, n.º 3, outubro 1976, pp. 58-60).

É esta remuneração que deverá baixar, na medida em que os acionistas deixam de ser ao mesmo tempo empresários, mas não há nenhuma razão para prever que a taxa de dividendos caia para zero, na medida em que o poder político da classe capitalista é ainda muito grande.

É mais importante assinalar, porém, que neste contexto, o declínio da taxa de lucro para um nível mais baixo não tem nada de catastrófico para o sistema econômico. Isto porque a acumulação de capital, ou melhor, a acumulação de meios de produção, agora controlada pelos tecnoburocratas privados, torna-se compatível com uma taxa de lucro mais baixa. A taxa de acumulação é garantida por essa taxa de lucro e pelo planejamento tecnoburocrático, realizado nas grandes empresas. Na medida em que é necessária uma taxa de lucro positiva para facilitar o processo de acumulação, essa taxa será portanto mantida.

No Capitalismo Oligopolista Tecnoburocrático que estamos examinando, a equação da taxa de lucro que vínhamos utilizando até aqui não se aplica plenamente, na medida em que introduzimos uma nova variável: os ordenados. Não podemos mais utilizar a taxa de mais-valia. Esta deve ser substituída pela taxa de concentração de renda, definida pela relação entre a soma dos ordenados e dos lucros e o total dos salários:

$$\frac{O + R}{W}$$

Por outro lado, para continuarmos a utilizar uma equação semelhante à que vínhamos empregando até agora, deveremos falar em uma *taxa de lucro e ordenados*, $\frac{O + R}{K + W}$. Dividindo ambos os termos da taxa de lucro e ordenados pelo total de salários, teremos:

$$\frac{\frac{O + R}{W}}{\frac{K}{W} + 1}$$

No processo de transição para uma taxa de lucros (remuneração dos acionistas) mais baixa, podemos admitir que a

taxa de concentração de renda e a composição orgânica do capital permaneçam constante. A relativa estabilidade da composição orgânica do capital será possível devido ao crescimento da taxa de salários e à utilização de tecnologia cada vez mais poupadora de capital. A estabilidade da taxa de concentração de renda ocorre na medida em que o total de salários cresça a um ritmo menor do que o total de ordenados, mas a um ritmo maior do que o total de lucros.

$$\frac{\Delta O}{O} > \frac{\Delta W}{W} > \frac{\Delta R}{R}$$

Dado que supomos

$$\frac{\Delta W}{W} = \frac{\Delta K}{K}$$

a taxa de lucro embutida no modelo será necessariamente declinante:

$$\frac{R}{K + W + O} \downarrow$$

Este declínio ocorrerá até o ponto em que a maior parte dos grandes capitalistas sejam transformados em meros rentistas, transferindo-se plenamente para a alta tecnoburocracia a parte do excedente que ainda hoje lhes cabe enquanto se mantêm parcialmente na gestão das empresas. A partir desse ponto, podemos imaginar que a taxa de lucro volte a se estabilizar no nível *razoável* acima referido — suficiente para garantir a continuidade da acumulação nas grandes empresas e a remuneração dos capitalistas ativos que continuam a administrar as pequenas e médias empresas —, enquanto a taxa de ordenados reduz seu ritmo de crescimento, passando a aumentar a mesma taxa dos salários, ou seja, à mesma taxa de produtividade. Teremos então

$$\frac{\Delta O}{O} = \frac{\Delta W}{W} = \frac{\Delta R}{R} = \frac{\Delta K}{K}$$

e, portanto,

$$\frac{\bar{R}}{K + W + O}$$

Caso o progresso técnico continue a se acelerar e a se tornar definitivamente poupador de capital, as taxas de ordenados e de salários poderão crescer mais rapidamente do que a produtividade e mesmo assim a taxa de lucro poderá ser mantida constante, já que a composição orgânica do capital estará diminuindo.

Esta distinção entre a taxa de mais-valia (R/W) e a taxa de concentração de renda ($R + O/W$), com a inclusão dos ordenados dos tecnoburocratas na análise da tendência da taxa de lucro no Capitalismo Oligopolista Tecnoburocrático contemporâneo já estava feita quando, na revisão final deste livro, tomei conhecimento do debate de Fred Mosley com Thomas Weisskopf¹⁶ sobre o comportamento da taxa de mais-valia após a Segunda Guerra Mundial nos Estados Unidos. Weisskopf, em seu trabalho adicional, demonstrava que, contrariamente à previsão de Marx, a taxa de mais-valia teria caído nos Estados Unidos, determinando correspondente queda na taxa de lucro. Mosley nega essa conclusão, afirmando que Weisskopf deixou de distinguir o trabalho produtivo do improdutivo, adicionando a remuneração do trabalho improdutivo (dos ordenados na nossa terminologia) aos salários para calcular a taxa de mais-valia. Se Weisskopf, em termos mais rigorosamente marxistas, houvesse somado a remuneração do trabalho improdutivo aos lucros, Mosley afirma que a taxa de mais-valia aumentaria ao invés de diminuir entre 1949 e 1975.

A discussão sobre o que é mais *marxista* parece-me inútil. O importante é assinalar que esse debate, confirmando a análise que fizemos, deixa claro 1) que, de fato, a taxa de lucro caiu na fase do Capitalismo Tecnoburocrático; 2) que essa queda se deve ao aumento da participação dos ordenados, que correspondem aproximadamente à remuneração do

¹⁶ Cf. Fred Mosley, "The rate of surplus value in postwar U.S. economy: a critique of Weisskopf's estimates", em *Cambridge Journal of Economics*, vol. 9, n.º 1, março 1985; Thomas Weisskopf, "The rate of surplus value in postwar U.S. economy: a response to Mosley's critique", *idem, ibidem*; e Thomas Weisskopf, "Marxian crisis theory and the rate of profit in postwar U.S. economy", em *Cambridge Journal of Economics*, vol. 3, n.º 4, dezembro de 1979.

trabalho improdutivo na renda; 3) que, se a taxa de mais-valia pode crescer e mesmo assim a taxa de lucros cair, devido à existência, entre lucros e salários, dos ordenados, essa taxa perde muito de sua relevância para a análise das tendências da taxa de lucro no Capitalismo Tecnoburocrático contemporâneo.

A taxa de mais-valia continua útil para determinar a participação dos trabalhadores na renda. Para se determinar a taxa de lucro, entretanto, torna-se essencial saber não apenas a relação entre os lucros e os salários mas também a relação entre ordenados e lucros e entre ordenados e salários. Não faz sentido somar os ordenados aos lucros e em seguida dividir esse total pela soma do capital constante ao variável para se determinar a taxa de lucro. A taxa de lucro será a divisão do lucro dos capitalistas pelo capital constante mais o capital variável, incluindo-se no capital variável, além dos salários, os ordenados.

Os ordenados — e particularmente os altos ordenados —, entretanto, são uma parte essencial do excedente. Por isso é necessário que tenhamos, além da taxa de mais-valia, a taxa de concentração de renda ou de excedente, na qual os lucros são somados aos ordenados para depois dividi-los pelos salários.

Na fase inicial do Capitalismo Tecnoburocrático, até que o sistema encontre um novo equilíbrio, a taxa de mais-valia cresce, mas a taxa de concentração de renda permanece constante, porque os ordenados crescem mais do que os lucros e os salários. Em consequência, a taxa de lucro cai até um novo ponto mínimo de equilíbrio (no qual lucros, ordenados e salários voltam a crescer à mesma taxa) que permita a continuidade do processo de acumulação. A taxa mínima ou razoável de lucro que garantia a continuidade da acumulação no Capitalismo Oligopolista incluía ainda a remuneração dos capitalistas ativos. A queda para um patamar inferior da taxa de lucro no Capitalismo Oligopolista Tecnoburocrático reflete a substituição quase total nas grandes empresas dos capitalistas ativos ou empresários pelos tecnoburocratas, e a necessidade de remunerar os tecnoburocratas com ordenados.

5

Para completar esta análise teórica de longo prazo do processo de acumulação e desenvolvimento capitalista é preciso dizer uma palavra sobre o crescimento da população e a acumulação de capital. A taxa de crescimento da população é uma variável fundamental do sistema na medida em que, admitida a igualdade a longo prazo da taxa de crescimento do emprego e da população, a produtividade da mão-de-obra e a relação capital-trabalho, assim como o total de salários e a própria composição orgânica do capital, dependem da taxa de crescimento da população. Ora, a hipótese de que o emprego e a população cresçam à mesma taxa, se é absurda no curto prazo, dadas as variações cíclicas que se expressam no aumento e na diminuição do desemprego, a longo prazo é uma tendência perfeitamente razoável, na medida em que não é razoável admitir parcelas crescentes da população desempregadas. Nestes termos, a taxa de crescimento da população torna-se uma variável fundamental no processo de desenvolvimento e acumulação capitalista. E ela será tanto mais fundamental quanto for uma variável exógena, dependente mais da vontade dos homens, do que da dinâmica da acumulação.

A taxa de crescimento da população começa a se elevar, depois de uma secular quase estagnação, a partir da Revolução Capitalista, quando a revolução tecnológica na agricultura permite a elevação dos padrões alimentares da população. Essa fato leva os economistas clássicos, que viveram nessa época, a formular a teoria segundo a qual a taxa de crescimento da população depende das variações da taxa de salários e do total de salários. Transformaram, portanto, o crescimento da população em uma variável inteiramente endógena.

Entretanto, aproximadamente a partir da fase do Capitalismo Oligopolista Tecnoburocrático, as camadas médias e, em seguida, os trabalhadores começam a perceber que seu padrão de vida depende do seu índice de fertilidade e, portanto, da taxa de crescimento da população. Em consequência, tem início nos países centrais um amplo processo de planejamento familiar.

Nossa hipótese é a de que, a partir de então, a taxa de

crescimento da população passa a ser uma variável dependente da taxa de crescimento da renda e conseqüentemente da procura de trabalhadores, dada uma diferença entre a taxa de crescimento da renda e a taxa de crescimento da população que garante o crescimento da produtividade do trabalho e o aumento da taxa de salários. Estabelecida uma taxa historicamente *satisfatória* de aumento da produtividade e da taxa de salários, e dada a taxa de crescimento da renda em função da taxa de acumulação de capital e do progresso tecnológico, a taxa de crescimento a longo prazo da população e do emprego é determinada.

No prazo médio podem ocorrer desequilíbrios. Nos momentos de crise econômica, em que o desemprego se expande além do nível normal para o sistema capitalista, a população continua a crescer aproximadamente à mesma taxa histórica. Por outro lado, se a taxa de crescimento da renda aumenta, como aconteceu após a II Guerra Mundial, a taxa de crescimento da população não responderá imediatamente, obrigando o sistema a recorrer ao trabalho imigrante. O importante a assinalar, entretanto, é o fato de que, a longo prazo, a taxa de crescimento da população tende a se ajustar à taxa de crescimento do emprego e, portanto, à taxa de crescimento da renda, considerado o aumento da produtividade e o correspondente aumento da taxa de salários. Isto é possível porque as famílias têm condições de controlar sua taxa de natalidade, de forma a garantir que pelo menos os aumentos da produtividade se transformem em aumento real de salários e em aumento do padrão de vida.

Na verdade, na medida em que as famílias são capazes de reduzir o número médio de filhos, seu padrão de vida tende a aumentar mais do que a taxa de salários. Por outro lado, um número mínimo de filhos é necessário não apenas para a sobrevivência da espécie, mas também para a satisfação das famílias.

A decisão quanto ao número de filhos torna-se assim, um misto de condicionamentos econômicos e biológicos e de exercício da liberdade do casal. Do ponto de vista econômico, entretanto, parece razoável supor que, no processo de desenvolvimento capitalista, a população tende a crescer a uma taxa inferior mas proporcional ao crescimento da renda e do emprego, de forma a garantir que os aumentos de produ-

tividade se transformem em aumento de salários reais, mantendo ao mesmo tempo a taxa de desemprego em limites aceitáveis. Nos países em que este último fenômeno não acontece, mantendo-se um alto nível de desemprego estrutural, como é o caso do Brasil, do México ou da Índia, temos países subdesenvolvidos, em que o capitalismo controla toda a economia mas não é capaz de absorvê-la integralmente.